

O problema institucional do petróleo

3.V.52

RAUL PILLA

CONSIDERADA em abstrato, parece fácil de resolver a questão do petróleo. Se este é um produto de vital importância para a defesa armada e o desenvolvimento econômico do País, se enormes são os lucros que dá a sua exploração e melhor se empregariam em obras de interesse geral, a mais conveniente das soluções se afigura ser a do monopólio estatal. Em seguida, viria a exploração por empresas mistas, onde, a recursos do Estado, se associariam capitais privados. E, por fim, viria a exploração por particulares, submetida à vigilância do Estado, e às condições que elle julgasse conveniente impor.

Sucedede, porém, que não estamos num país mais ou menos convencional, senão num país real, concreto, e que este país é o Brasil. Convirá neste país a solução que em tese se afigura a melhor? Em outros termos, estabelecido o monopólio do Estado, poderá elle satisfazer cabalmente às necessidades nacionais, sem incidir na ineficiência, na malversação, na corrupção, na irresponsabilidade, de que tantas demonstrações, tem dado, entre nós, a administração pública? Eis a questão, eis a fundamental questão, a que não parece se tenha dispensado bastante cuidado.

E' verdade geralmente estabelecida e facilmente explicável, ser o Poder Público mau administrador, ainda nos países, onde efetiva se faz a responsabilidade dos governantes e exemplar é a organização administrativa. No Brasil, ninguém o ignora, é tal a irresponsabilidade, que já se estabeleceu o caos em numerosos serviços públicos. Não irá necessariamente pelo mesmo caminho o monopólio petrolífero exercido pelo Estado?

Para chegar-se com segurança a tal solução, seria mister, primeiro, proceder a uma reforma política fundamental, que permitisse instituir, no País, um govêrno verdadeiramente capaz e responsável. Tem sido o petróleo, entre nós, pretexto para muita agitação política; mas a verdade é que elle formula um palpitante problema institucional, que ninguém deseja considerar devidamente.